



História Unisinos  
ISSN: 2236-1782  
periodicos@unisinos.br  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Brasil

Martiny, Carina

Os usos do escrito no universo familiar: a prática da escrita no Brasil da segunda metade do século XIX  
História Unisinos, vol. 20, núm. 1, 2016, -, pp. 73-83  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.4013/htu.2016.201.07>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579861605007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org  
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# Os usos do escrito no universo familiar: a prática da escrita no Brasil da segunda metade do século XIX

The uses of writing in the family context: The writing practice in Brazil during the second half of the 19<sup>th</sup> century

Carina Martiny<sup>1</sup>  
carinamartiny@gmail.com

---

**Resumo:** Este artigo trata dos usos da escrita no universo familiar através do estudo dos testemunhos gráficos dos Castilhos, uma família da elite agrária do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Utiliza como fontes os escritos privados de membros da família, analisando-os de modo quantitativo e qualitativo. Apresenta uma tipologia dos escritos e analisa as diferentes funções que o escrito exerceu no universo familiar. Demonstra que, apesar da competência gráfica ter sido um privilégio de uma minoria, os usos eram variados, atendendo a necessidades como comunicação, administração de negócios e resolução de questões cotidianas.

**Palavras-chave:** família, prática da escrita, testemunhos gráficos.

**Abstract:** This article deals with the uses of writing in the family context by studying written testimonies of the Castilhos family, which belonged to the agrarian elite of Rio Grande do Sul in the second half of the 19<sup>th</sup> century. Its sources are the private writings of family members, and it analyzes them quantitatively and qualitatively. It presents a typology of the writings and discusses the different roles that writing played in the family context. It demonstrates that, although the ability to write was a privilege of a minority, its uses were varied, meeting needs such as communication, business administration and resolving everyday issues.

**Keywords:** family, writing practice, written testimonies.

---

## Introdução

O censo realizado no Brasil em 1872 apresentou dados sobre a instrução da população. Segundo o censo, apenas 15,8% da população brasileira sabia ler e escrever. O restante, mais de 84% da população, foi classificada como analfabeta (NPHED, 2012). Quanto à província do Rio Grande do Sul, o percentual de população que sabia ler e escrever, segundo o mesmo censo, era maior, mas ainda longe de constituir maioria. Pouco mais de 21% aparece como sabendo ler e escrever, enquanto quase 76% são apresentados como analfabetos (FEE, 1981, p. 80).<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Bento Gonçalves, 9500, Campus do Vale, 91501-970, Porto Alegre, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Cerca de 3% da população da província aparece como sendo de instrução não declarada (FEE, 1981, p. 80).

Se os dados estatísticos como estes apresentados pelo censo informam acerca da difusão da capacidade de ler e escrever na sociedade do período, poucas informações nos fornecem sobre a difusão do escrito e as diferentes apropriações e usos que dele eram feitos. Armando Petrucci (1999) demonstrou que leitura e escrita tiveram uma abrangência muito maior do que a do restrito mundo dos alfabetizados graças, por exemplo, à prática comum, entre os analfabetos, da delegação da escrita e da leitura.<sup>3</sup> Mas não é somente em relação aos analfabetos que os dados estatísticos precisam ser relativizados.

No que refere aos alfabetizados, nada revelam além de sua capacidade de saber ler e escrever. Nada apontam sobre se realmente utilizavam estas capacidades, como o faziam e em que circunstâncias. Assim, considerando que dados sobre alfabetização não são suficientes para compreender as várias matizes da prática da escrita, este artigo pretende, através do estudo de caso de uma família de elite, oferecer maiores subsídios para pensar os usos da escrita entre os alfabetizados no Brasil da segunda metade do século XIX.

Entre estes quase 16% da população brasileira, ou 21% da população da província, que o censo declarava como sabendo ler e escrever estavam contabilizados, muito provavelmente, os membros da família Castilhos. Tratava-se de uma família que vivia em São Martinho, distrito de Cruz Alta, na região central do atual estado do Rio Grande do Sul. Francisco Ferreira de Castilhos, natural de Santo Antônio da Patrulha, e Carolina Prates, natural de Cachoeira, e seus dez filhos, eram donos de terras em São Martinho e no município de São Gabriel. Proprietária de escravos, a família vivia da atividade de criação e venda de bestas e mulas que tinham por destino as feiras realizadas em Sorocaba, província de São Paulo (Martiny, 2014).

Assim sendo, a família Castilhos era parte da elite agrária sul-rio-grandense e, na década final do século XIX, também fazia parte da elite política do Rio Grande do Sul. Esta posição foi garantida pela ascensão de Júlio de Castilhos, um dos filhos de Francisco Ferreira e Carolina, à chefia do Partido Republicano Rio-Grandense e ao cargo de presidente do Estado.<sup>4</sup> Foi a posição socioeconômica privilegiada que garantiu à família ser parte também do pequeno grupo de alfabetizados. Desta família de elite

conservaram-se diversos testemunhos gráficos que nos permitem compreender com mais detalhes alguns aspectos dos usos do escrito no universo familiar na segunda metade do século XIX.

A conservação dos testemunhos gráficos desta família deve-se, em grande medida, à destacada posição ocupada por Júlio de Castilhos na história do Rio Grande do Sul. Personagem central da política estadual nos anos iniciais da República, a documentação relativa à sua vida pública e também privada foi conservada em arquivos, sendo parte, inclusive, publicada.<sup>5</sup> Trata-se não somente de escritos diretamente relacionados a Castilhos. A documentação contempla, também, outros membros de sua família, o que nos permitiu tratar do escrito no âmbito familiar.

Partindo do caso da família Castilhos, este artigo trata dos usos do escrito no universo familiar, não compreendendo a escrita de modo dissociado da leitura, uma vez que, como lembra Petrucci (1999), apesar de serem atividades distintas, são correspondentes. Neste mesmo sentido escreve Castillo Gómez, que as entende como “actividades hermanadas y expuestas a un diálogo recíproco” (Castillo Gómez, 1998, p. 344).<sup>6</sup> Nesta perspectiva, o artigo busca construir uma tipologia das fontes escritas pelos Castilhos, analisar o que escreviam, como, para quem e com que finalidades o faziam.

Para isso, trabalha com o que Petrucci (1999) denominou de *testemunhos gráficos*, ou seja, os escritos produzidos em dado período e sociedade e que servem de material de estudo básico para paleógrafos, historiadores e outros pesquisadores interessados na história da leitura e da escrita. Neste artigo, são os testemunhos gráficos produzidos pela família Castilhos o *corpus* documental utilizado. Ao optarmos por tratar dos testemunhos gráficos produzidos em âmbito privado ou familiar, excluímos da análise os vários escritos produzidos por Júlio de Castilhos quando da ocupação de cargos governativos. Não tratamos, portanto, de documentos oficiais, produzidos no âmbito do Estado.

A seleção dos escritos teve por base o critério da autoria: foi incluído na análise todo testemunho escrito por algum membro da família Castilhos, entendendo-se família num sentido mais amplo e não restrito ao núcleo familiar.<sup>7</sup> Assim, escritos produzidos pelos pais, sogros,

<sup>3</sup> Diversos pesquisadores apontaram como uma das práticas de escrita por aqueles que eram analfabetos o uso de algum intermediário. Petrucci (1999), Chartier (2001) e Castillo Gómez (1998), ao estudar a prática da escrita em grupos menos privilegiados socialmente, evidenciam que, mesmo sem dominar a prática de escrever e ler, muitos faziam uso da cultura gráfica através de outros, ou seja, recorrendo à mediação.

<sup>4</sup> Júlio de Castilhos esteve à frente do governo estadual por duas ocasiões: de 15 de julho de 1891 a 12 de novembro de 1891 e de 25 de janeiro de 1893 a 25 de janeiro de 1898.

<sup>5</sup> Sobre a conservação da documentação de Júlio de Castilhos em arquivos ver o artigo de Penna e Graebin (2009). As autoras tratam do Arquivo Particular Júlio de Castilhos, que se encontra sob a custódia do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Sobre a publicação de parte da correspondência de Castilhos, Leal (2003) aponta que ela ocorreu “em função da carência de escritos políticos” do líder republicano. A autora faz referência ao livro *Cartas de Júlio de Castilhos* (Castilhos, 1993), contendo cartas e bilhetes escritos por Júlio de Castilhos e destinados à sua noiva, Honorina. Há, ainda, outro livro, recentemente publicado, contendo a transcrição da correspondência ativa de Castilhos, redigida entre 1883 e 1886 e destinada a amigos, familiares e correligionários. Trata-se, neste caso, do livro *Teu amigo certo: Júlio de Castilhos – correspondência inédita* (Velho, 2013).

<sup>6</sup> Castillo Gómez (1998, 2003) assume uma posição crítica em relação às análises que entendem a história de leitura e do leitor de maneira separada da história da escrita.

<sup>7</sup> Entende-se família a partir das proposições de Levi (2000), ou seja, enquanto família extensa distribuída em grupos parentais não corresidentes.

genros e noras, cunhados e netos pertencentes ao universo familiar dos Castilhos foram incluídos no trabalho.<sup>8</sup>

A análise é realizada através do cruzamento dos métodos quantitativo e qualitativo. Uma vez definido que o critério de seleção das fontes é a autoria, selecionamos todos os documentos escritos por algum membro da família Castilhos. Utilizando uma planilha *Excel for Windows*, definimos algumas características centrais dos documentos, como tipo de documento, se manuscrito ou impresso, autor, data e temas centrais. No caso das correspondências, atentou-se também para os destinatários, o local de origem e de destino. Essas informações, uniformizadas, permitiram uma visão mais geral dos usos do escrito pelo grupo familiar. Entretanto, atentando para o que afirma Petrucci (1999) em relação aos limites da análise quantitativa e à necessidade de observar as peculiaridades e diferenças dos usos do escrito, empreendeu-se a análise qualitativa da documentação, a fim de compreender a complexidade e diversidade do escrito e de seus usos.

## Um “microcosmo gráfico”: uma família que escreve

Armando Petrucci afirmou, em relação à família urbana europeia entre os séculos XVI e XVIII, que ela foi um lugar privilegiado de produção e uso da escrita, “un verdadero microcosmo gráfico activo-pasivo” (Petrucci, 1999, p. 50). Em um contexto bastante distante do analisado por Petrucci – afinal, analisamos uma família que transitou entre o mundo rural e urbano no Brasil da segunda metade do século XIX – é com esta adjetivação que também podemos caracterizar a família Castilhos: um microcosmo da produção escrita.

Num período de quase 60 anos, a família produziu pelo menos 316 testemunhos gráficos.<sup>9</sup> Sabe-se que este é, certamente, um número bem inferior à sua produção escrita, uma vez que muitos outros documentos podem não ter sido conservados ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de uma família que teve domínio da capacidade gráfica para além do simples firmar, uma vez que, como demonstraremos ao longo do artigo, fez uso regular da capacidade de escrever.<sup>10</sup> Estes 316 testemunhos escritos estão dispostos no Quadro 1, divididos por critério gacional e de autoria.

Uma primeira constatação refere-se à diversificação autoral. Mesmo escrevendo poucas vezes, muitos eram os membros da família que escreviam. Tirando os cinco casos de documentos em que não conseguimos precisar o autor, os demais 311 documentos somam 27 autores distintos. Note-se que, no Quadro 1, estão presentes quatro gerações da família, demonstrando que o uso da escrita não foi privilégio de uma única geração.

Apesar de pouco podermos afirmar acerca da Geração 1, pois referente a ela há apenas um documento escrito – uma carta enviada por Carlos Moreira de Castilhos a seu filho Francisco Ferreira de Castilhos –, a observação do Quadro 1 permite afirmar que as gerações 2, 3 e 4 fizeram uso mais amplo da escrita. Contabilizamos 45 documentos escritos por membros da Geração 2; outros 255 documentos escritos por membros da Geração 3; e 15 documentos escritos de autoria de membros da Geração 4.

Este levantamento do número de escritos por geração não tem a intenção de comparar a quantidade de produção entre as gerações, até porque sabemos que isto é inviável dado que critérios de guarda e conservação dos documentos podem ter sobrevalorizado uma geração em detrimento da outra. O que pretendemos demonstrar é que, em distintas gerações da família Castilhos, o recurso ao escrito foi utilizado, não por um, mas por vários membros e, muitas vezes, não de modo esporádico, mas como uma prática comum e, por vezes, até cotidiana.

Certamente há uma sobrerepresentação da Geração 3, que concentrou 81% dos documentos escritos da família, por contar com os documentos de autoria de Júlio de Castilhos, personagem central dos fundos documentais consultados. Entretanto, mesmo se não contabilizarmos os documentos escritos por Júlio de Castilhos (cerca de 56% do total de escritos), ainda assim restam 79 escritos desta geração (ou 25% do total). Ou seja, filhos, filhas, genros e noras de Francisco Ferreira de Castilhos e de Carolina Prates escreviam. Dos dez filhos do casal, sete aparecem como autores de escritos. São eles: Adelaide, Carlos, Francisco, Inocência, Júlio, Maria Cecília e Rita de Cássia. Ainda que os outros três não estejam presentes – Francisca, Clara e Alfredo – é possível que também fossem alfabetizados e que tivessem exercido a prática da escrita, uma vez que existia um esforço familiar para garantir a formação educacional dos filhos.

<sup>8</sup> A seleção dos escritos particulares e familiares ocorreu em três fundos documentais distintos. Grande parte dos escritos analisados está no fundo Arquivo Particular Júlio de Castilhos, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), nas séries Assuntos Familiares e Assuntos Particulares Júlio de Castilhos. Outra parte das correspondências analisadas está no fundo de Documentos de Júlio de Castilhos, do Museu Júlio de Castilhos. Uma terceira parte de correspondências corresponde àquelas publicadas em dois livros cujos originais, aos quais não tivemos acesso, encontram-se sob a guarda do Museu Júlio de Castilhos (Castilhos, 1993; Velho, 2013).

<sup>9</sup> O documento mais antigo data do ano de 1846 e o mais recente de 1904.

<sup>10</sup> Chartier (1991) observa que, para analisar o ingresso das sociedades ocidentais na escrita, muitos historiadores passaram a contabilizar as assinaturas presentes em documentos, identificando assim os que sabiam ou não ler e escrever. O método, entretanto, recebeu muitas críticas sendo hoje admitido que “a porcentagem de signatários pode indicar muito globalmente o limite de familiaridade com a escrita alcançado por determinada sociedade, mas não pode ser considerada como a medida direta de uma competência cultural particular” (Chartier, 1991, p. 114). Isto porque, como bem observou Chartier, nem todos os que assinam o nome possuem o domínio da escrita.

Quadro 1. Número de testemunhos escritos da família Castilhos.

Chart 1. Number of written testimonies of the Castilhos family.

Autor do documento	Geração	Relação familiar	Nº de documentos escritos
Carlos Moreira de Castilhos	G1	Pai de Francisco F. C.	1
<b>Total – Geração 1</b>			<b>1</b>
Carolina Prates de Castilhos	G2	Esposa de Francisco F. C.	6
Feliciano Nepomuceno Prates		Irmão de Carolina	2
Fidelis Nepomuceno Prates Júnior		Irmão de Carolina	17
Fidêncio Nepomuceno Prates		Irmão de Carolina	9
Francisco de Carvalho Prates		Irmão de Carolina	3
Francisco Ferreira de Castilhos		Esposo de Carolina	8
<b>Total – Geração 2</b>			<b>45</b>
Adelaide Prates de Castilhos	G3	Filha de Francisco e Carolina	2
Carlos Prates de Castilhos		Filho de Francisco e Carolina	11
Etelvina		Esposa de Carlos	1
Francisco Prates de Castilhos		Filho de Francisco e Carolina	5
Hermínio Franco do Espírito Santo		Esposo de Adelaide	10
Honorina Costa		Esposa de Júlio	6
Inocência Prates de Castilhos		Filha de Francisco e Carolina	2
Joaquim Francisco de Assis Brasil		Esposo de Maria Cecília	4
José Carrilho do Revoredo Barros		Esposo de Rita de Cássia	1
Júlio Prates de Castilhos		Filho de Francisco e Carolina	176
Maria Cecília Prates de Castilhos		Filha de Francisco e Carolina	4
Rita de Cássia Prates de Castilhos		Filha de Francisco e Carolina	11
Virgínia Ataíde Rocha		Esposa de Francisco P. de Castilhos	22
<b>Total – Geração 3</b>			<b>255</b>
Eduardo França	G4	Filho de Inocência e Salvador França Jr	1
Emília Castilhos Revoredo		Filha de Rita de Cássia e José	1
Eugênia de Castilhos		Filha de Júlio e Honorina	1
Honório de Castilhos		Filho de Júlio e Honorina	3
João Castilhos		Filho de Carlos e Etelvina (provável)	1
Júlia de Castilhos		Filha de Júlio e Honorina	2
Mário do Espírito Santo		Filho de Adelaide e Hermínio	1
Filho de Júlio de Castilhos não identificado			4
Sobrinho de Júlio não identificado			1
<b>Total – Geração 4</b>			<b>15</b>
<b>Total geral</b>			<b>316</b>

Fontes: AHRS, APJC. Série 2, caixa 2, maços 3 a 11 e caixa 3, maços 14 e 13; AHRS, APJC, Série 5, caixa 5, maço 19 a 21; MJC, Fundo Documentos de Júlio de Castilhos; Velho (2013); Castilhos (1993).

Como é possível perceber, a família Castilhos representa a existência de uma cultura gráfica no âmbito doméstico e familiar do Brasil na segunda metade do século XIX. Castillo Gómez (2001), estudando a Espanha dos séculos XVI e XVII, observou que houve um grande desenvolvimento da atividade manuscrita, que se manifestou não somente no âmbito do poder público, através do uso intensivo da escrita como instrumento de governo, como também no âmbito privado.

O autor aponta que o aumento notável dos usos privados da escrita, tanto em termos de produção quanto de consumo em um âmbito mais doméstico e familiar, foi resultado da alfabetização e da crescente difusão da escrita. Assim, ao indagarmos acerca do que Castillo Gómez (2003) denominou de *tempo de aquisição* da competência gráfica, observamos que em relação às Gerações 3 e 4 houve investimentos no sentido de garantir a aquisição desta competência e que isto foi possível graças à condição socioeconômica da família, que dispunha de recursos para serem investidos e uma rede familiar que se fazia presente no mundo urbano.

O relevo adquirido por Júlio de Castilhos na política brasileira colaborou para que fosse bem difundida a informação de que ele bacharelou-se, em 1881, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Seus irmãos, entretanto, mesmo não tendo chegado a uma formação superior, foram alfabetizados e iniciados no mundo da cultura gráfica. Como é possível perceber em algumas notas de compras, a família adquiria artigos para serem empregados na educação dos filhos.

Em uma nota datada de 25 de fevereiro de 1865, entre os itens adquiridos por Francisco Ferreira de Castilhos constam um dicionário francês-português, outro dicionário inglês-português, um atlas de Geografia, dois livros de lições de Geografia, duas gramáticas inglesas e duas francesas, além de um exemplar da obra *Telêmaco* (AHRS, APJC, maço 4, doc. 112). Pouco mais de um ano depois, a família adquiria, além de uma caixa de giz, muito provavelmente utilizada durante as lições, quatro livros, a saber: *O Conde de Monte Cristo*, *Santa Clara*, *Os Lustadas* e um livro para estudantes de francês (AHRS, APJC, maço 21, doc. 6). Assim, a formação educacional desta terceira geração dos Castilhos ultrapassava a alfabetização, incluindo o aprendizado de outras línguas e a leitura de obras literárias.

Dispor de uma rede familiar que auxiliasse na formação educacional dos filhos também era importante. Não raras vezes a família Castilhos fez uso do auxílio de parentes para promover a educação dos filhos. Carlos Prates de Castilhos, por exemplo, residiu por quase dois anos em São Paulo, na casa do tio Fidélis Nepomuceno Prates Júnior, onde frequentou uma escola, tendo aulas de inglês e francês.<sup>11</sup> Alfredo Prates de Castilhos, outro filho de Carolina e Francisco, foi residir em Desterro, na província de Santa Catarina, na casa da irmã, Adelaide, e do cunhado, Hermínio Francisco do Espírito Santo, para receber educação.<sup>12</sup> Maria Cecília Prates de Castilhos, na década de 1880, foi residir com o irmão, Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, na capital da província, onde se dedicava aos estudos.<sup>13</sup>

Investimentos educativos também ocorreram com os membros da Geração 4 dos Castilhos. Entre os testemunhos escritos que aparecem no Quadro 2 sob a denominação “escritos escolares” estão cadernos escolares pertencentes aos filhos de Júlio de Castilhos. Àqueles que continuavam residindo no interior rural do estado, o recurso encontrado era, como ocorria com a geração anterior, passar temporadas com parentes. Foi o que ocorreu com Emilia e Murilo, filhos de Rita de Cássia, que residiram por um período com o tio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, dedicando-se aos estudos.<sup>14</sup>

Diante deste quadro é possível supor que a melhor condição social e econômica dos Castilhos foi determinante para que investissem e aprimorassem a capacidade gráfica. A relação entre competência gráfica e condições sociais não é especificidade brasileira e muito menos restrita ao século XIX. Chartier (1991), por exemplo, tratando da capacidade de assinar o nome, também observou haver uma estreita relação entre esta capacidade de escrita e a atividade econômica e condição social de quem o fazia. Observando o caso da Inglaterra rural do século XVII, assinala que as “cesuras são bem nítidas: os clérigos, os gentis-homens, os grandes comerciantes, todos (ou quase todos) sabem assinar o nome; entre os artesãos qualificados [...] e os lavradores [...] é o caso de sete ou oito entre dez, mas apenas um entre dois na maioria das profissões [...]” (Chartier, 1991, p. 117).

O Quadro 1 também nos informa acerca da relação escrita e gênero: a competência gráfica não foi privilégio de um determinado gênero. Homens e mulheres escreviam.

<sup>11</sup> É o que se pode constatar nas cartas escritas por Carlos Prates de Castilhos ao pai, Francisco Ferreira de Castilhos, datadas de 19 e 29 de julho de 1866 (AHRS, APJC, maço 4, doc. 138 e doc. 140).

<sup>12</sup> Nos Autos de Contas Tutoria, constantes no Inventário de Francisco Ferreira de Castilhos, a tutora dos órfãos menores, a mãe Carolina Prates de Castilhos faz referência ao fato de Alfredo residir em Desterro “recebendo educação” (APERS, 1871, Inventário, Autos de Conta Tutoria, f. 8v).

<sup>13</sup> Em cartas escritas à mãe, Júlio de Castilhos relatava a dedicação da irmã aos estudos. Ver cartas datadas de 10 de novembro e de 23 de novembro de 1883 (Velho, 2013, p. 113-114; 126-128).

<sup>14</sup> Em carta datada de 7 de novembro de 1887, Cecília Prates de Castilhos relatava à mãe Carolina os avanços nos estudos dos sobrinhos Emilia e Murilo (AHRS, APJC, maço 6, doc. 33).

Mesmo que o levantamento que realizamos aponte para um maior número de autores masculinos de escritos (são 16 homens e 11 mulheres) e uma maior produção por parte deles (produziram 254 escritos, ou 80%, contra 58, ou 18%, de autoria feminina), ainda assim é significativo observar que a escrita feminina foi relevante. Essa relevância é derivada da opção familiar de dispensar educação, em termos de alfabetização, não somente aos homens, mas também às mulheres. Tal opção, como observa Ruiz-García (2005), tem relação direta com o extrato social ao qual pertenciam estas mulheres. Uma vez alfabetizadas, estas mulheres não se furtaram de fazer uso da competência gráfica, não somente no âmbito privado, através da escrita de cartas, mas também num plano público, como é o caso de Carolina Prates de Castilhos, que redigiu documentos de ordem cartorial – uma procuração e uma carta de liberdade – como adiante veremos.

Combinando as informações que temos sobre a formação educacional dos Castilhos aos documentos por eles escritos, pode-se inferir não somente uma proximidade como também um uso, de forma geral, bastante intensivo da cultura gráfica. Ao indagar sobre a natureza dos escritos produzidos pelos membros da família Castilhos, observa-se que correspondiam ao que Antonio Viñao Frago denominou de *escrituras ordinárias*, ou seja, escritos associados “a momentos colectivos o personales intensos, a la rutina de las ocupaciones cotidianas o a demonstraciones de competencia escrita, suelen ser de naturaleza banal y diversa” (Viñao Frago, 1996, p. 64). De acordo com o autor, são incluídos nesta categoria, portanto, tanto a escrita ritual e escolar, como também as listas, livros de conta assim como as escritas pessoais, como anotações, cópias, correspondências e diários. Como

é possível perceber pelo Quadro 2, a grande maioria de escritos da família é formada por uma escrita ordinária.

Quanto à função ou finalidade dos escritos, este quadro das tipologias aponta um uso da escrita atendendo a diferentes necessidades do âmbito privado e familiar. Observa-se, por exemplo, que a escrita foi utilizada no âmbito dos negócios. Afinal, encontram-se entre os escritos duas relações de contas de créditos, quatro contratos de prestação de serviço e um recibo. As contas de créditos, que datam da década de 1860, são de autoria de Fidélis Nepomuceno Prates Júnior, cunhado e sócio de Francisco Ferreira de Castilhos (AHRS, APJC, maço 4, doc. 66 e doc. 108). Fidélis, residindo na província de São Paulo, exercia muitas vezes o papel de representante de Castilhos nos negócios de vendas de mulas e bestas nas feiras em Sorocaba, cumprindo o papel de agente de cobranças dos haveres do cunhado. Os registros de contas que escreveu são resultado desta atividade.

Os quatro contratos são de autoria de Francisco Ferreira de Castilhos e também derivam de sua atividade de venda de animais no centro do país. O primeiro é um contrato firmado com Alexandre Carneiro da Fontoura, em 1862, no qual este se comprometia a vender a Francisco, anualmente, de 300 a 340 mulas (AHRS, APJC, maço 4, doc. 73). Os outros três contratos referem-se aos anos de 1862 e 1863. Dois são firmados com Antônio Antunes Filho e um com Virgílio Xavier da Silva e se referem à condução de tropas de bestas da província do Rio Grande do Sul até a feira de Sorocaba (AHRS, APJC, maço 4, doc. 66 e doc. 91).

Por fim, o recibo, de 1891, é de autoria de Júlio de Castilhos e neste fica firmada sua dívida junto ao cunhado Hermínio Francisco do Espírito Santo, no valor de 1 con-

**Quadro 2.** Tipologia dos escritos da família Castilhos.

**Chart 2.** Typology of the writings of the Castilhos family.

Tipo	Nº total
Bilhete	19
Carta	271
Cartão	2
Documento de tipo cartorial (carta de liberdade, declaração e procuração)	3
Documentos de gênese econômica (contas, conta-corrente, recibo e contratos)	7
Escritos escolares	6
Rascunho de Telegrama	5
Outros (cartão, listas de esmolas, aditamento, ordem de leitura)	3
<b>Total</b>	<b>316</b>

Fontes: AHRS, APJC, Série 2, caixa 2, maços 3 a 11; caixa 3, maços 14 e 13; AHRS, APJC, Série 5, caixa 5, maço 19 a 21; MJC, Fundo Documentos de Júlio de Castilhos; Velho (2013); Castilhos (1993).

to, 550 mil-réis (AHRS, APJC, maço 21, doc. 8). Como é possível perceber, alguns dos homens da família fizeram uso do escrito no âmbito de seus negócios.

Além dos escritos relacionados a negócios, o quadro apresenta testemunhos gráficos que visavam a atender necessidades imediatas e bastante distintas. Neste sentido, em 17 de setembro de 1884, Carolina Prates de Castilhos fez uso do escrito para redigir a Carta de Liberdade de seu escravo Felipe (AHRS, APJC, maço 8, doc. 13). Neste mesmo sentido, quase duas décadas antes, a 21 de janeiro de 1856, havia se utilizado do recurso gráfico para redigir uma procuração, concedendo a Josefa Leopoldina Cândida da Fontoura autorização para representá-la, na condição de madrinha, no batizado do filho de Antônio Vicente da Fontoura e de Clarinda Francisca da Fontoura (AHRS, APJC, maço 8, doc. 2).

Também no sentido de atendimento de necessidades específicas, Francisco Ferreira de Castilhos redigiu, em 28 de julho de 1854, a abertura de um abaixo-assinado no qual constam nomes e valor de quem doou “esmolas para o Seminário que se vai criar em nossa Província” (AHRS, APJC, maço 3, doc. 22). Como se percebe, estes eram usos esporádicos da escrita, que visavam atender necessidades específicas.

Entretanto, o grande destaque do Quadro 2 refere-se às cartas, telegramas, bilhetes e cartões, que juntos somam 94% do total de testemunhos gráficos da família. A escrita de correspondências era de uso mais regular e cotidiano por parte dos Castilhos. Assim, parece evidente que a família escrevia visando atender primordialmente à necessidade de comunicar-se. Dado este uso intenso da escrita como meio de comunicação, a análise concentra-se, a partir de agora, nas correspondências escritas pelos Castilhos.

## Fazer-se presente na ausência: a necessidade de se corresponder

O uso da escrita como meio de comunicação, ou seja, uma forma de corresponder-se com quem não está presente, foi prática corrente tanto no âmbito público quanto no privado. Bouza (1992), Petrucci (1999), Viñao Frago (1996) e Castillo Gómez (1998) demonstraram em seus trabalhos que existia uma intrínseca relação entre escrita e poder público.<sup>15</sup> Para os autores, o recurso à escrita era essencial para a prática governativa e para a

racionalização administrativa do Estado Moderno, uma vez que tornava possível ao rei mover-se por um vasto império por meio da escrita.

Tratando especificamente das cartas, Castillo Gómez considera que o Estado Moderno não mais podia governar “prescindiendo de la carta – el documento, lo escrito – y el secretario – el escribiente, el burócrata”. As cartas, neste ínterim, assumiam o papel de “instrumentos de comunicación y gobierno del vasto y burocratizado Estado Moderno”, garantindo a transmissão e cumprimento de ordens (Castillo Gómez, 1998, p. 363-364). Ela era, segundo o mesmo autor, “el medio más eficaz para suplir las ausencias y asegurar la comunicación entre el Estado y sus súbditos” (Castillo Gómez, 1998, p. 364).

No âmbito privado, e neste inclui-se também o universo familiar, a carta tinha uma função muito parecida de suprir ausências e garantir a comunicação. Castillo Gómez observa que, além de ter-se transformado em importante instrumento de governo, a correspondência foi bem acolhida “para la más variada comunicación interpersonal”, sendo inúmeros os exemplos de circulação social do escrito fora do contexto da administração governativa (Castillo Gómez, 1998, p. 358). A escrita de cartas, telegramas, bilhetes e cartões, por exemplo, foi a maneira encontrada pelos Castilhos de comunicar-se com familiares distantes ou ausentes, além de ter sido a maneira de administrar a unidade familiar e os negócios, como destacaremos adiante.

Antes, porém, é preciso lembrar que as cartas pessoais, mesmo tratando de questões íntimas, restritas ao mundo privado, oferecem ao pesquisador possibilidades de compreensão tanto de práticas públicas quanto privadas. Como demonstraram Amelang (2003) e Castillo Gómez (1998), mesmo em escritas notadamente autobiográficas, como era o caso dos diários que analisaram, não era infrequente existir uma intersecção entre escrita privada e pública. Segundo os autores, os escritores de diários muitas vezes escreviam mais uma história de sua cidade ou dos acontecimentos políticos de seu tempo do que a história de sua própria vida. Esta mesma “*mistura narrativa*”, ou “*hibridação textual de escritas de âmbito privado*”, a que se refere Castillo Gómez (1998) pode ser observada em muitas das cartas remetidas pelos membros da família Castilhos. Mesmo tratando de assuntos de ordem privada e íntima com seus destinatários, os Castilhos registravam importantes informações sobre a vida política, a situação econômica do país ou os eventos sociais que ocorriam. Esta

<sup>15</sup> Esta relação da escrita com o poder público pode se expressar não somente através do uso do escrito no âmbito administrativo, como demonstrou Castillo Gómez (1998), como também através da escrita exposta e da escrita monumental a que se refere Petrucci (1999). Destacando o uso público para além da questão puramente administrativa, Viñao Frago (1996) aponta que, além da satisfação de necessidades e da maior complexidade administrativa, a difusão da escrita foi facilitada, no contexto dos Estados Modernos, também pela sua “utilización como medio de propaganda y divulgación de las ideas, hechos e interpretaciones”, tanto por favoráveis quanto por opositores ao governo (Viñao Frago, 1996, p. 52).

mistura narrativa não era intencional, mas acabou por se fazer presente, de modo que a carta, enquanto escrita de caráter privado, pode muito bem hoje servir ao pesquisador como fonte de pesquisa sobre a vida pública do período (Castillo Gómez, 1998, p. 352).

Entretanto, ao utilizar as cartas dos Castilhos como fonte de pesquisa, lembramo-nos do que aponta Viñao Frago. Para ele, o “textual no es espejo de lo real; como la fotografía, lo interpreta y transforma”, pois assim como pode omitir informações, também pode acrescentar. Ainda assim, para o mesmo autor, o textual “siempre remite a e indica la existencia de un contexto de producción y de una realidad puesta por escrito – el referente” e é com esse olhar que a pesquisa histórica utiliza as cartas (Viñao Frago, 1996, p. 54). Dito isto, passamos à análise das correspondências redigidas pelos Castilhos.

Pode-se afirmar que a relação estabelecida por autores como Bouza (1992) e Viñao Frago (1996) entre incremento da complexidade organizativa do Estado e o uso crescente da escrita pelos governantes também pode ser aplicada ao universo familiar. À medida que a família aumentava numericamente, via laços matrimoniais, e se dispersava territorialmente, mais necessário era recorrer à escrita para garantir a unidade da família e administração dos assuntos familiares. É este o caso dos Castilhos.

Enquanto Carolina Prates residia em São Martinho, na província do Rio Grande do Sul, seus irmãos estavam em Pelotas, São Paulo e Rio de Janeiro. As notícias familiares só podiam ser supridas com maior frequência via escrita. Já os filhos de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina Prates, depois de casados, tomaram destinos diversos e muitas vezes longínquos uns dos outros. Francisco Prates de Castilhos permaneceu em São Martinho, mas Júlio, depois de retornar de São Paulo, onde passara cinco anos estudando, casou com Honorina e fixou residência em Porto Alegre, capital da província. O mesmo ocorreu com Maria Cecília depois de seu casamento com Joaquim Francisco de Assis Brasil. Mais distante ficou Adelaide que, casada com Hermínio do Espírito Santo, se mudou primeiro para Desterro, província de Santa Catarina, e depois para a capital federal, Rio de Janeiro. A superação destas distâncias ocorreu através da prática de corresponder-se.

Dos 252 documentos da tipologia “correspondência” redigidos pelos membros da Geração 3 (filhos, genros e noras de Francisco e Carolina), 151 (mais de 60%) tinham por destinatário irmãos, cunhados ou os pais (membros das gerações 2 e 3). Não é casualidade, portanto, que entre as temáticas mais recorrentes presentes na correspondência estejam aquelas que agrupamos sob a denominação de “Notícias” e “Família”, como se pode perceber no Quadro 3.

Sob a denominação de *notícias* estão todas as informações que eram concedidas sobre saúde e situação de vida dos familiares, notícias de viagens e acontecimentos cotidianos. Sob a denominação *família* agrupamos assuntos como tratamentos de doenças, tratativas sobre o destino dos filhos, tratativas de casamentos e outras mais genéricas, como desacordos familiares. Incluem-se neste último conjunto de cartas, por exemplo, aquela que Júlio de Castilhos escreveu ao amigo Assis Brasil, em 3 de maio de 1885, comunicando que já havia conversado com Cecília sobre a proposta de casamento.

Nesta carta, Júlio informa a Assis que recorreu à comunicação escrita para buscar a aprovação da mãe, Carolina, acerca desta união matrimonial: “A esta hora já a mamãe deve ter recebido as cartas que eu e a Cecília escrevemos comunicando o facto e pedindo resposta urgente afim de ser-te transmitida. Logo que esta chegue ás mãos, transmittila-ei por telegrama” (Velho, 2013, p. 188). Este é apenas um entre tantos outros exemplos que demonstrariam que assuntos familiares importantes, como o estabelecimento de um laço matrimonial, eram tratados recorrendo à escrita de correspondências, vencendo as distâncias que separavam a família.

O recurso à escrita foi também um meio utilizado para administrar os negócios, sendo este o tema mais recorrente nas correspondências, como demonstrado no Quadro 3. O tema *negócios* aparece em 138 correspondências. De São Paulo, Fidélis Nepomuceno Prates Júnior, no ano de 1864, escreveu cinco vezes ao cunhado, Francisco Ferreira de Castilhos, tratando dos negócios. Na carta datada de 1º de dezembro informava que “Já lhe avizei que seu devedor J. de Meira Botelho ia dar quatro contos para saldo do que a Vosmecê devia [...]. Hoje pagou

**Quadro 3.** Temática da correspondência redigida pelos Castilhos.  
**Chart 3.** Themes of the correspondence by members of the Castilhos family.

Tema	Nº de correspondências
Negócios	138
Notícias	106
Política	93
Família	76
Favor	15
Felicitações	7
Outros	31

Fontes: AHRS, APJC, Série 2, caixa 2, maços 3 a 11 e caixa 3, maços 14 e 13; AHRS, APJC, Série 5, caixa 5, maço 19 a 21; MJC, Fundo Documentos de Júlio de Castilhos; Velho (2013); Castilhos (1993).

M. de Camargo com suas trezentas bestas mansas que vem sofríveis de carnes" (AHRS, APJC, maço 4, doc. 106).

Passadas quase duas décadas, era Júlio de Castilhos quem constantemente escrevia ao irmão Francisco, para tratar dos negócios de criação e venda de gado que tinham em sociedade. Em carta do dia 18 de novembro de 1883, endereçada de Porto Alegre, Júlio escrevia para a Fazenda da Boa Vista, em São Martinho: "Parece que os preços da safra serão bons, [...]. A ser exacto isso, é de presumir que augmentará a procura de gados. [...] si o negócio com e Esteves fôr mais favoravel do que com o Affonso, por causa de mais vantajosas condições de aporte, prefira aquelle a este; [...]" (Velho, 2013, p. 115). É o mesmo Júlio de Castilhos que se utiliza das missivas para tratar de seus negócios de advocacia. Na carta que envia a Venâncio Aires, em 19 de julho de 1883, por exemplo, entre temas políticos e relativos ao jornal republicano *A Federação*, também lembra a Aires de lhe enviar trabalhos de segunda instância (Velho, 2013, p. 20-21).

Assim, somando estas 138 correspondências que tratam de negócios aos sete documentos de gênese econômica presentes no Quadro 2, tem-se que boa parte da motivação de escrita da família estava ligada ao mundo do trabalho. Assim como observa Castillo Gómez para os livros de contabilidade, a escrita desta correspondência, dos contratos e das contas que analisamos é "producto de las razones prácticas o instrumentales" (Castillo Gómez, 1998, p. 348). A afirmação de Armando Petrucci de que "escritura y trabajo estaban a menudo estrechamente unidos" faz sentido quando observamos os escritos da família Castilhos (Petrucci, 1999, p. 51).

Outro tema muito presente na correspondência refere-se à política. De um total de 297 escritos entre cartas, cartões, bilhetes e telegramas, 93 tratavam de política. O remetente que mais se utilizou de correspondências para tratar deste tema com seus destinatários foi Júlio de Castilhos. Das 172 correspondências escritas por ele, em 83 aparecem questões políticas, fato explicável pelo papel político que exerceu no período. Mas não era somente Júlio que tratava de questões políticas. Hermínio constantemente informava em cartas remetidas a Júlio sobre a situação política na capital federal e mesmo Honorina não deixou de escrever sobre o tema. Em carta escrita à cunhada Adelaide, em 5 de março de 1898 comenta:

*Li com toda atenção o que as suas informações e juízos sobre o que se passou na Convenção do Glycerio a respeito da escolha de candidaturas à Presidência da Republica. V. tem toda a razão quanto á deslealdade*

*do Glycerio e outros políticos que obedeceram à sanha deles. Quem menos se incomodou foi o Júlio, que, como V. sabe, não era candidato, nem desejava sé-lo* (AHRS, APJC, maço 10, doc. 2).

Ao realizar o levantamento dos principais temas tratados na correspondência dos Castilhos, expressos no Quadro 3, observa-se a dificuldade de encontrar uma temática central na correspondência. Isso poderia até ocorrer em cartões, bilhetes ou telegramas, que constituem formas de correspondência mais sucintas. Entretanto, para o caso das cartas, temas diversos compunham apenas uma missiva. Assim, não raro uma mesma carta dava notícias das condições de vida do remetente e de sua família, tratava de negócios e de assuntos políticos. Essa confluência de diferentes assuntos em uma mesma missiva é compreensível quando consideramos que a carta era, neste período, o meio de se comunicar e de se fazer presente. A escrita encurtava distâncias.

A família Castilhos escrevia para encurtar distâncias e alguns membros o faziam com grande frequência. É o caso de Júlio de Castilhos que, no mês de novembro do ano de 1883, escreveu 26 missivas, uma média de quase uma ao dia. No mês anterior havia escrito 18 cartas. Especificamente no dia 11 de fevereiro de 1884, escreveu seis cartas, todas endereçadas a familiares, mas tratando de assuntos diferentes em cada carta, o que certamente demandou tempo, já que todas são cartas bastante longas ocupando, certamente, mais de uma página.<sup>16</sup>

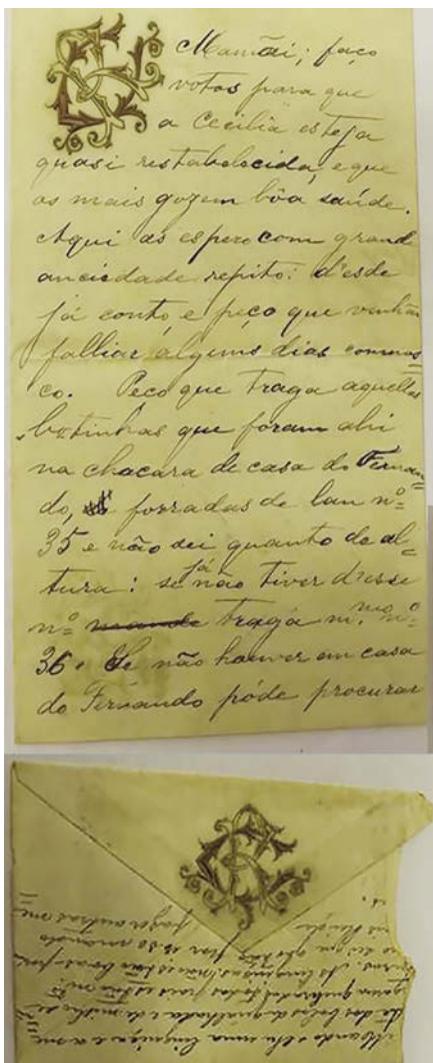
Mas é certo que nem todos escreviam com a mesma frequência. Júlio em várias cartas reclama que os familiares não lhe escreviam. Ao cunhado, José Carrilho do Revoredo Barros, reclamou: "Meu caro Carrilho, é esta a terceira que lhe escrevo, apesar de ser credor da resposta ás duas primeiras" (Velho, 2013, p. 25). Em carta a seu irmão Francisco assevera: "Meu presado Chiquinho, sem embargo do seu ingrato silencio, continúo ainda a escrever-lhe para pedir-lhe notícias suas [...]" (Velho, 2013, p. 27).

O papel utilizado para a escrita de cartas variava, na maior parte das vezes, em função do autor. Alguns utilizavam folhas pautadas; outros escreviam em folhas simples, sem qualquer marcação; outros ainda escreviam em folhas com timbres pessoais. É o caso de algumas das cartas escritas por Fidélis Nepomuceno Prates Júnior, Francisco Ferreira de Castilhos e Rita de Cássia. O caso de Rita de Cássia é interessante, pois, além de possuir papel com timbre pessoal (as iniciais RC), tinha também envelopes com o mesmo timbre (Figura 1), o que pode sinalizar que a prática de enviar correspondências era frequentemente utilizada por ela.

<sup>16</sup> Não sabemos especificar o número de páginas destas cartas porque trabalhamos com as transcrições publicadas. Entretanto, pela extensão, pode-se inferir que ocupavam mais de uma página.

O próprio envelope de uma carta poderia servir de suporte para o envio de recados. Como é possível constatar na Figura 1, Rita de Cássia utilizou o envelope da carta que escrevia à mãe, para escrever um recado, provavelmente de última hora, quando a carta já estava finalizada. No envelope, Rita de Cássia informava que, junto com a carta, estava enviando “uma linguiça e a metade dos bolos de qualhada e de milho se não chegarem quebrados todos pois estão muito [ilegível]. As linguiças não estão boas, porém [ilegível] sei que gostão por isso mando [ilegível] hei de fazer outras melhores” (AHRS, APJC, maço 6, doc. 4).

Havia também o caso dos que utilizavam papéis com timbres diversos. Maria Cecília, por exemplo, escreveu



**Figura 1.** Carta e envelope escritos por Rita de Cássia de Castilhos.

**Figure 1.** Letter and envelope written by Rita de Cássia de Castilhos.

Fonte: AHRS, APJC, maço 6, doc. 4.

à sua mãe Carolina, em 1885, em uma folha com o timbre do marido, Assis Brasil (AHRS, APJC, maço 6, doc. 30). Já Honorina, esposa de Júlio, escreveu à cunhada, Adelaide, em 1898, em uma folha de papel com timbre do poder público: “Estado do Rio Grande do Sul, Palácio do Governo em Porto Alegre” (AHRS, APJC, maço 10, doc. 2).

Apesar da correspondência demonstrar que o textual podia ser um importante substituto do oral, evitando deslocamentos físicos de pessoas separadas por longas distâncias, em alguns casos observa-se uma preferência pela comunicação oral. Nem tudo poderia ser escrito. É o caso dos motivos que levaram Júlio de Castilhos a recusar o posto de chefe da redação do jornal *A Federação*, em 1883. Em carta para Ernesto Alves, amigo e correligionário político, escreveu em julho de 1883 relatando, entre outras coisas, que foi escolhido pelo Congresso Republicano para o cargo de redator do jornal, mas que teve de recusar por “Razões particularíssimas que depois te contarei” (Velho, 2013, p. 23). Antes desta, em março do mesmo ano, quando escrevia à noiva Honorina, tratando do mesmo tema, afirmava: “Razões poderosas moveram-me a manter inalterável minha recusa; de viva voz as exporei” (Castilhos, 1993, p. 33).

Em alguns casos, mesmo optando pela escrita, buscava-se garantir que ela não se perpetuasse. Castillo Gómez aponta que a carta “establece una relación tan personal, tan llena de confidencias y complicidades del signo más diverso [...], que reclama del fuego casi por necesidad” (1998, p. 358). Talvez, por isso, muitas cartas possam ter se perdido. Bouza (1998) aponta inúmeros casos de ordens de queima de cartas e outros papéis considerados perigosos ou incriminatórios na Espanha do século XVI. Testemunhos desta prática de destruir cartas também podem ser encontrados entre aquelas escritas por membros da família Castilhos. Só temos acesso a elas porque os destinatários não atenderam aos pedidos de seus remetentes.

Em carta que Rita de Cássia escreve à mãe Carolina queixando-se da forma como é tratada pelo marido, no cabeçalho da segunda página, faz uma recomendação à sua destinatária: “Depois que ler esta rasgue-a” (AHRS, APJC, maço 6, doc. 3). Semelhante procedimento recomenda Júlio de Castilhos à mãe, Carolina, sobre carta em que trata sobre problemas envolvendo o cunhado Carrilho em negócios da família. A recomendação de Júlio é que a mãe “leia esta carta, rasgue-a, e não diga nada [corroído] a ninguém de tudo quanto lhe disse. Si não fizer [isso?] lançará a discordia na família, porque o [Carrilho] [ficará] incomodado commigo [...]” (Velho, 2013, p. 180). Neste sentido, a escrita assume o papel de instrumento comprobatório, como o define Viñao Frago (1996), de modo que, em alguns casos, nem tudo pode ser escrito ou, se o for, deve ser destruído.

## Considerações finais

Na segunda metade do século XIX, a expansão das linhas telefônicas ainda estava distante, sobretudo no Rio Grande do Sul, e as longas viagens para reencontros eram dificultadas pelas condições pouco favoráveis de transporte. A escrita tornou-se a grande alternativa para encurtar distâncias e substituir ausências físicas. Mesmo aqueles que eram analfabetos possuíam o recurso de buscar a mediação de quem possuía a competência gráfica. No caso da família Castilhos, este parece não ter sido um recurso necessário, visto que ela se caracterizava pelo domínio da escrita. Homens e mulheres, pertencentes a diferentes gerações desta família, escreviam. Escreviam para corresponder-se, mas também escreviam para administrar negócios, discutir questões políticas e atender às necessidades mais imediatas e cotidianas.

Como destacado, a aquisição da competência gráfica formal no Brasil dos Oitocentos era, em grande medida, privilégio de uma pequena parcela da população, restrita ao universo de uma elite detentora de condições socioeconômicas para investir na formação educacional. Os usos que faziam da competência gráfica eram distintos e variavam inclusive dentro da mesma família. Se para Júlio de Castilhos adquirir a competência escrita foi precondição para seguir nos estudos até adquirir diploma de curso superior e fazer uso da escrita para tratar de negócios e política, para outros, como foi o caso de sua irmã Rita de Cássia, a escrita foi usada como meio de comunicar-se com familiares.

Assim, este artigo buscou evidenciar a importância e difusão da escrita no universo familiar, destacando os diferentes usos da cultura gráfica. Se escrever era um privilégio, os testemunhos gráficos dos Castilhos demonstram que este privilégio, por vezes, tornou-se um hábito ligado às necessidades cotidianas de uma família de elite, cujos membros, mesmo distantes, mantinham-se próximos através da escrita.

## Referências

- AMELANG, J. 2003. *El vuelo de Ícaro: la autobiografía popular en la Europa Moderna*. Madrid, Siglo XXI, 293 p.
- BOUZA, F. 1992. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid, Síntesis, 160 p.
- BOUZA, F. 1998. *Imagen y propaganda: Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid, Akal, 261 p.
- CASTILHOS, J. 1993. *Cartas de Júlio de Castilhos*. Porto Alegre, IEL/AGE, 71 p.
- CASTILLO GÓMEZ, A. 2001. Entre public et privé: Stratégies de l'écrit dans l'Espagne du Siècle d'Or. *Annales HSS*, 56(4-5):803-829. <http://dx.doi.org/10.3406/ahess.2001.279986>
- CASTILLO GÓMEZ, A. 2003. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, 3(5):93-124.

- CASTILLO GÓMEZ, A. 1998. La fortuna de lo escrito: funciones y espacios de la razón gráfica (siglos XV-XVII). *Bulletin Hispanique*, 100(2):803-829. <http://dx.doi.org/10.3406/hispa.1998.4977>
- CHARTIER, R. 1991. As práticas da escrita. In: P. ARIÈS; R. CHARTIER (org.), *História da vida privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 113-162.
- CHARTIER, R. 2001. El manuscrito en la época del impreso: lecturas y reflexiones. In: M. PEÑA DIAZ et al. (coord.), *La cultura del libro en la edad moderna: Andalucía y América*. Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, p. 21-35.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). 1981. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre, FEE/Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, 332 p.
- LEAL, E. 2003. Castilhos e Honorina: fragmentos biográficos em cartas de amor. *Métis*, 2(3):109-127.
- LEVI, G. 2000. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 272 p.
- MARTINY, C. 2014. Negócios de família: notas sobre o capital econômico familiar de um governador republicano (Rio Grande do Sul, século XIX). In: Encontro de Pesquisas Históricas, I, Porto Alegre, 2014. *Anais...* Porto Alegre, PUCRS. Suplemento Especial:1118-1136.
- NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA (NPHED). 2012. Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=ec57dc26998e4f8b2212f13adf5e>. Acesso em: 09/10/2014.
- PENNA, R.S.; GRAEBIN, C.M.G. 2009. Arquivo Particular Júlio de Castilhos: Cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas. *Patrimônio e Memória*, 4(2):55-73.
- PETRUCCI, A. 1999. *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Barcelona, Gedisa, 319 p.
- RUIZ GARCIA, E. 2005. El universo femenino y las letras (siglos XV-XVII). In: M. del V.G. de la PEÑA, *Mujer y cultura escrita: del mito al siglo XXI*. Gijón, Trea, p. 97-115.
- VELHO, K. 2013. *Teu amigo certo: Júlio de Castilhos: correspondência inédita*. Porto Alegre, Edijuc, 232 p.
- VIÑAO FRAGO, A. 1996. Por una Historia de la Cultura Escrita: observaciones y reflexiones. *SIGNO: Revista de la Cultura Escrita*, 3:41-68.

## Fontes primárias

- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). Arquivo Particular Júlio de Castilhos (APJC), Série 2 - Assuntos Familiares, Subséries 1 a 8; 11 e 12, Caixas 2 e 3, Maços 3 a 11; 14 e 15.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). Arquivo Particular Júlio de Castilhos (APJC), Série 5 - Assuntos Privados, Subséries 1 a 3, Caixas 5, Maços 19 a 21.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Autos de Contas Tutoria. In: Cartório de Órfãos e Ausentes, Júlio de Castilhos (RS), 1871, Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos, n. 93.
- MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS (MJC). Fundo Documentos de Júlio de Castilhos.

Submetido: 01/06/2015  
Aceito: 26/11/2015